

## A MORTE DE NINA RODRIGUES E SUAS REPERCUSSÕES

Marcos A.P. Ribeiro

Raymundo Nina Rodrigues nasceu numa fazenda do município de Vargem Grande, Maranhão, em 4 de dezembro de 1862. Estudou Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por onde doutorou-se em 1888, com a tese “Das amiotrofias de origem periférica”.

Após breve passagem por São Luís, estabelece-se em Salvador (1889), como médico clínico e professor da Faculdade de Medicina, e inicia uma profícua carreira intelectual, escrevendo em dezessete anos cerca de sessenta livros e artigos sobre temas que abrangem diversas especialidades médicas, particularmente Medicina Legal, Antropologia, Direito, Psicologia e Sociologia.

Trabalhando na interseção de dois saberes, o médico e o jurídico, Nina Rodrigues constituiu e institucionalizou – através de procedimentos especificamente médico-legais, aceitos como cientificamente confiáveis por médicos, advogados e policiais – uma nova especialidade médica brasileira, a Medicina Legal. Utilizando a metodologia científica mais avançada de sua época, ele foi um dos pioneiros da Antropologia brasileira, pelos seus estudos sobre a religião, a genealogia, a língua e a mitologia dos negros afro-brasileiros.

Estes trabalhos, sobretudo, e sua atividade como professor e pesquisador, trouxeram-lhe notoriedade nacional e internacional. Correspondia-se com especialistas estrangeiros e foi aceito membro de várias associações científicas internacionais. Publicou em periódicos científicos europeus e norte-americanos, como *The Journal of American Folklore*, *Annales Medico-psychologiques*, *The American Antiquarian*, recebendo resenhas favoráveis.<sup>1</sup>

Sobre a obra de Nina Rodrigues já existem estudos atuais e importantes, como o da professora Mariza Corrêa.<sup>2</sup> Sobre sua vida

<sup>1</sup> Nina Rodrigues foi um dos redatores dos *Archivos de Psiquiatria*, de Buenos Aires, e vice-presidente da Sociedade de Medicina Legal de New York.

<sup>2</sup> “As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil”, São Paulo, USP, tese de doutoramento, 1983.

poucos são os dados disponíveis: não existe uma biografia de Nina Rodrigues. O estudo biográfico mais completo é o opúsculo do Dr. Lamartine Lima, “Roteiro de Nina Rodrigues”, publicado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

Porém, este sucinto trabalho é insatisfatório: pela sua dimensão, e principalmente porque deixa várias perguntas sem respostas sobre a vida do cientista. Por exemplo: quais as verdadeiras razões de sua transferência para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro? teria sido realmente motivada por doenças? e se o foi, quais eram essas doenças? teriam elas relação com a que o fatalizou?

O estudo de Lamartine Lima, embora meritório, pela diligência do pesquisador, que visitou os lugares de nascimento e juventude do cientista, entrevistou familiares e compulsou extensa documentação, é basicamente descritivo e não explica nem o homem nem o intelectual Nina Rodrigues.

A grande questão a ser respondida na vida de Nina Rodrigues é como e por que um médico maranhense, trabalhando na Bahia no fim do século 19, na periferia da ciência ocidental, pôde, em menos de dois anos, erigir uma poderosa e original obra intelectual.

Além disso, Nina Rodrigues fez surgir em torno de si uma legião de admiradores intelectuais, em sua maioria médicos e juristas, muitos deles autoproclamados discípulos de uma “escola Nina Rodrigues”. Alguns pesquisadores sugerem que Nina Rodrigues não passa de um mito, cuidadosamente construído pelos seus discípulos. Se isso é verdade, resta explicar porque precisamente ele, e não outro qualquer, foi eleito para este papel.

Creio que o esclarecimento dessas questões só virá com uma biografia de Nina Rodrigues. Propondo-me a escrevê-la, encetei investigação a respeito. O material obtido até agora já permite reconstituir, com razoável precisão, as condições de sua morte e suas repercussões imediatas, inclusive o esforço da viúva para preservar e divulgar a obra do marido.

## **O processo da morte**

Em 5 de abril de 1906, Nina Rodrigues é indicado pela Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia delegado ao IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada, que se realizaria em Milão, entre os dias 23 e 27 de maio daquele ano.

Em 4 de maio ele emite seu último parecer como médico-legista, sobre “lesões contundentes seguidas de morte”. No documento, o

professor registra, com letra trêmula e insegura, que seu precário estado de saúde não permitia “fundamentar largamente a consulta pedida”, limitando-se por isso a responder estritamente aos quesitos forenses.<sup>3</sup>

Nos últimos meses, Nina Rodrigues andara alquebrado; adquirira grave infecção em viagem ao Conde, no litoral norte da Bahia. Tentando recuperar-se, faz vilegiatura em Alagoinhas, aprazível cidade, 100km a noroeste de Salvador. Retorna parcialmente reabilitado à capital baiana. Então recebe o convite para representar o Brasil em Milão.

Mas, no dia do embarque para sua primeira viagem à Europa está pálido, débil, descrente de sua recuperação. Assim mesmo parte.

Nina Rodrigues, sua mulher, Maria Amélia Couto Nina Rodrigues, e a filha de doze anos, Alice Nina Rodrigues, chegam a Lisboa em 17 de maio. Hospedam-se no Hotel de Inglaterra. A longa viagem marítima provavelmente fizera recrudescer a doença. E na própria noite do desembarque Nina Rodrigues apresenta uma crise de hemoptise. Os médicos são chamados.

A conferência dos médicos lisboetas, realizada em 19 de maio, afasta a hipótese de tuberculose pulmonar, pela transparência das radiografias pulmonares; porém, a exclusão dessa suspeita diagnóstica não pode ser assegurada: casos de tuberculose pulmonar confirmados pelo exame de escarro e sintomatologia, coexistem com a transparência radiográfica dos pulmões.

Um jornal de Lisboa, o “Correo da Europa”, assim o descreve: “Compungia vê-lo! Um homem de tanto merecimento, contando apenas 44 anos de idade tão bem aproveitada em trabalhos tão úteis e de incontestável valor, estava inteiramente perdido! Sofria de um cancro no fígado. A operação era impossível, atenta a fraqueza do enfermo”.<sup>4</sup>

Na capital portuguesa, as suspeitas diagnósticas oscilam entre “cancro do fígado” e colecistite calculosa; segundo os médicos portugueses, o caso só se resolveria com uma intervenção cirúrgica, da qual Nina Rodrigues declina.

Ele segue para Paris, centro médico mais importante, onde é conhecido entre os especialistas franceses, os quais, segundo Afrânio Peixoto, “o recebem festivamente”. Chega em 19 de junho.<sup>5</sup> Os colegas franceses fazem os mais desencontrados diagnósticos:

<sup>3</sup> Lamartine Lima, “Roteiro de Nina Rodrigues”, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA, 1980, p. 8.

<sup>4</sup> *Correo da Europa*, 19.09.1906.

<sup>5</sup> Correspondência da viúva Nina Rodrigues; nota manuscrita de Afrânio Peixoto.

dilatação do coração e da aorta, tuberculose do pericárdio, abscesso aureolar do fígado, tuberculose das serosas (pleura, pericárdio e diafragma). A doença avança.

Aproveitando breve arrefecimento dos sintomas, Nina Rodrigues visita tradicionais fornecedores da Faculdade de Medicina da Bahia, na rue de Bac, para escolha dos instrumentos que equipariam o instituto médico-legal em construção na Bahia.

Em 3 de julho, seu irmão mais próximo, o tenente Temístocles Nina Rodrigues, viaja a Paris para assisti-lo na doença.

Em 10 de julho, durante visita à morgue de Paris, onde assiste autópsias e coleta informações sobre o funcionamento do serviço, Nina Rodrigues subitamente desfalece, sendo conduzido ao hotel.

Em 13 de julho, em seu hotel, o Nouvel Hotel, rue Lafayette, 49, pelas 3 horas da madrugada, Nina Rodrigues é acometido de forte hemoptise e fica muito prostrado. Diz aos amigos: “Isso é o começo do fim”.<sup>6</sup>

Um médico português residente em Paris, cujo nome não foi identificado, acompanha seus últimos momentos, passando as noites a seu lado. Um colega brasileiro, Dr. Eduardo Moraes, também está presente. As visitas são suspensas. E apenas os médicos ficam à volta do leito, calados.

Nina Rodrigues mantém a lucidez até o fim. Percebendo a aproximação da morte, pede um padre e se dirige à esposa: “Sei que vou morrer: cuide de nossa filha, e vá para a Bahia no dia 27, em companhia do Dr. Eduardo de Moraes e família”.<sup>7</sup> Ele comprara passagens de volta para si e sua família num vapor inglês que partiria para o Brasil em 27 de julho.

Nina Rodrigues morre às 7 horas de 17 de julho de 1906, em seu quarto de hotel parisiense. A autópsia do corpo é realizada por Paul Brouadel (a quem Nina Rodrigues admirava), importante legista francês, diretor da Faculdade de Medicina de Paris e fundador do Instituto Médico-Legal e Psiquiátrico da mesma faculdade.<sup>8</sup>

Práticos dos anfiteatros de anatomia da Faculdade de Medicina de Paris, que Nina Rodrigues costumava freqüentar, embalsamam o cadáver, no fim da tarde de 17 de julho, na presença do comissário

<sup>6</sup> *Jornal de Notícias*, 10.08.1906.

<sup>7</sup> *Ibid.*

<sup>8</sup> Paul Brouadel, ardente republicano desde os últimos dias do II Império, participou como médico da Comuna de Paris. Professor de medicina legal na Faculdade de Medicina de Paris em 1879, reformou o ensino desta disciplina. Fundou o Instituto Médico-Legal e Psiquiátrico da Universidade de Paris, que a partir de 1903/1904 formou especialistas respeitados nos meios médicos e jurídicos (Ruth Harris, *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no “fin de siècle”*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992).

de polícia e amigos, entre os quais os colegas Eduardo Moraes, Anísio Circundes de Carvalho e João Cerqueira. Após o embalsamamento, o corpo é depositado num ataúde duplo de zinco e madeira, guarnecido de prata.

No início da manhã de 18 de julho, acompanhado de pequeno cortejo de carros, o ataúde é transportado em coche fúnebre para a igreja de Nossa Senhora de Lorette, onde é depositado num catafalco. Às 9 horas é celebrada a missa de encomendação do corpo, assistida por algumas famílias brasileiras e colegas da Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Piauí e Pernambuco, presentes em Paris naquela data.

Findos os atos religiosos, o esquife, coberto de coroas de flores, é conduzido para um estrado de ferro, junto à porta lateral direita. Depois do lacramento do caixão pelo comissário de polícia, este desce a uma cavidade subterrânea, fechada por portas metálicas rentes ao chão, onde aguardaria o transporte para a Bahia.

A notícia da morte de Nina Rodrigues chegou à Bahia através de um telegrama particular, provavelmente emitido por algum dos amigos e colegas que o assistiram em sua agonia, expedido de Paris às 7:50h do dia 17 de julho, para o diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, seu concunhado e amigo, Dr. Alfredo Tomé de Britto.

Ao tomar conhecimento de sua morte, Alfredo Britto imediatamente telefona para a secretaria da Faculdade, determinando a suspensão das aulas e o hasteamento da bandeira nacional a meio-mastro. Este foi o ato inicial que deflagrou a cadeia de homenagens póstumas a Nina Rodrigues, na Bahia e no Brasil.

No início da tarde de 17 de julho, uma comissão de alunos do 6º ano da Faculdade vai à casa de Alfredo Britto, tratar das homenagens que seriam prestadas a Nina Rodrigues.

Na sessão da Congregação da Faculdade realizada em 18 de julho, Pacífico Pereira, decano dos professores, faz o elogio fúnebre de Nina Rodrigues, propõe a inserção de voto de pesar na ata da sessão e sua imediata suspensão. Vários congregados apresentam suas propostas de homenagens, que em resumo são as seguintes: luto da Faculdade por oito dias, telegrama de condolências à família, nomear de Nina Rodrigues a morgue em construção. Todas são aprovadas.

À medida que tomam conhecimento da notícia, as principais instituições baianas homenageiam Nina Rodrigues. A Faculdade de Direito e a Escola Politécnica suspendem as aulas, hasteiam seus pavilhões e a bandeira nacional a meio-mastro, e adotam luto por três dias. O Conselho Municipal, a Câmara dos Deputados e o Senado Estadual inserem votos de pesar nas atas das respectivas sessões.

A Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, realiza em 24 de julho sessão solene em homenagem a Nina Rodrigues, com a presença do Ministro do Interior, Felix Gaspar.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia encerra suas atividades e hasteia a meio-mastro a bandeira nacional. O Colégio Estadual da Bahia suspende as aulas e convida os alunos a comparecer às exéquias de Nina Rodrigues. O Jornal de Notícias hasteia a bandeira nacional a meio mastro.

Em 20 de julho, representantes de alunos de todos os anos da Faculdade de Medicina da Bahia, presididos pelo professor João Fróes, decidem o seguinte: solicitar ao Ministro do Interior que as despesas com o transporte do corpo, exéquias e funeral de Nina Rodrigues fiquem por conta do Governo Federal, considerando que ele morrera durante uma viagem oficial, na qual representava o País (o valor das despesas seria de aproximadamente vinte contos de réis); abrir uma subscrição para publicação da obra *Os africanos no Brasil*, então no prelo; nomear uma comissão de alunos para, junto com representantes da Faculdade de Direito e Escola Politécnica, organizar as homenagens póstumas, inclusive a recepção do corpo; publicar poliantéia em sua homenagem.

Porém, o ministro do Interior, embora lamentando muito, respondeu que não podia atender a solicitação porque a verba para “eventuais” estava esgotada; um valor daquele montante só poderia ser liberado através de decreto com a autorização do Legislativo.<sup>9</sup>

Em 21 de julho, alguns maranhenses que estudam em escolas superiores baianas vão a bordo do paquete “Olinda”, solicitar do contrerrâneo, o desembargador e deputado federal Cunha Machado, intervenção junto ao Governo Federal, para obtenção de pensão para a viúva Nina Rodrigues. Ele aquiesce.

Em 1º de agosto, o deputado estadual Souza Britto recebe um telegrama do Governador do Maranhão, Benedicto Leite, declarando-se pronto para atender o pedido de verbas para as homenagens póstumas a Nina Rodrigues, mas dizendo que necessitava que se especificasse o nome da pessoa que iria receber o dinheiro, porque os telegramas enviados eram assinados apenas pela “Comissão”.

Entretanto, seja porque o Governo do Maranhão não estivesse realmente disposto a enviar o dinheiro, seja porque a comissão encarregada das homenagens não remeteu os dados requeridos, o fato é que todas as despesas com traslado, exéquias e funeral foram pagas pela comunidade acadêmica da Bahia. Deste modo, em 13 de

<sup>9</sup> *Gazeta do Povo*, 01.08.1906.

agosto, a comissão encarregada das homenagens póstumas envia, com auto-suficiência irônica, este telegrama ao Governador do Maranhão: “Terminadas homenagens em memória ao Dr. Nina Rodrigues, dispensamos auxílios prometidos”.<sup>10</sup>

Às 15:30h de 11 de agosto, o paquete inglês “Aragon” fundeia no cais dos navios mercantes de Salvador, trazendo a bordo o corpo de Nina Rodrigues. Ato contínuo, a comissão de recepção, composta por alunos das escolas superiores de Salvador, é conduzida numa lancha e em escaleres para receber os restos mortais. Após as formalidades exigidas pela Inspetoria da Saúde dos Portos, a comissão sobe a bordo do “Aragon” e apresenta, em nome da “mocidade acadêmica da Bahia”, as condolências à viúva Nina Rodrigues e à sua filha, Alice.

O ataúde estava encerrado num volume, guardado no porão da proa. Dois volumes são entregues à comissão: um contém o esquife; o outro, coroas fúnebres. Os volumes são içados, depositados numa galeota, e rebocados por um vapor até o arsenal da Marinha. No arsenal, o esquife já fora do invólucro, é conduzido pelos membros da comissão para um coche de 1ª classe, estacionado em frente a seu portão principal.

O coche fúnebre, acompanhado por numeroso cortejo de alunos e professores das escolas de Medicina, Direito e Politécnica, com os respectivos estandartes envoltos em crepe negro, avança lentamente pelas ruas Arsenal da Marinha, Alfândega, Princesa, Santa Bárbara, Barão Homem de Mello, praça Castro Alves e ladeira da Montanha.

O cortejo fúnebre chega à igreja de São Bento às 18h. Professores e alunos retiram o féretro do coche e o transportam até a igreja que, como descreve um jornal da época, “apresentava um aspecto simples, mas de uma severidade expressiva”.<sup>11</sup>

Do alto das portas principais pendem cortinas de casimira negra, presas por sanefas de veludo da mesma cor, ornadas de prata; nas portas principais há escudos com inscrições alusivas ao evento. Tribunas, galeria do coro e púlpitos também se encontram ornamentados com casimira e veludos negros. No centro da nave está o catafalco em estilo renascentista, com oito metros de altura, composto de abóbada apoiada em quatro colunatas, sobre a qual ergue-se uma cruz, construído pelos monges do mosteiro anexo. Ladeiam-no incensórios de prata, tocheiras e vasos com flores e crótons. Em frente ao catafalco destacam-se os estandartes das escolas superiores da Bahia:

<sup>10</sup> *Jornal de Notícias*, 13.08.1906.

<sup>11</sup> *Diário de Notícias*, 11.08.1906.

ao centro, o da FMB; à direita, o da Escola Politécnica; à esquerda, o da Faculdade de Direito.

Quinze turmas, cada uma com quinze estudantes, revezam-se em turnos de uma hora, sem interrupções, no velamento do corpo, até o momento em que o féretro sai da igreja para o cemitério do Campo Santo. Estão presentes às exéquias: Alfredo Tomé de Britto, diretor da Faculdade de Medicina e concunhado de Nina Rodrigues; Temístocles Nina Rodrigues, irmão do falecido; Antonio Almeida Couto, irmão da viúva; Braz do Amaral, Guilherme Rabello, Pacífico Pereira, Pedro da Luz Carrascosa, Josino Cotias, Bonifácio Costa, professores da Faculdade de Medicina; Alexandre Maia Bittencourt, Archimedes de Siqueira Gonçalves, professores da Escola Politécnica; Carlos Devoto, diretor do Ginásio Estadual.

Pouco antes das 9 horas de 12 de agosto, sábado, a banda do 1º Corpo de Regimento Policial, em uniforme de gala, ataca a primeira marcha fúnebre. Nesse momento a nave está repleta de pessoas: familiares, autoridades civis, militares e eclesiásticas do Estado da Bahia, populares e a imprensa.

As missas começam a ser celebradas pelas 9:30h, no altar-mor e nos laterais. A do altar-mor é celebrada pelo prior dos beneditinos; quatro noviços entoam cantos gregorianos. Findos os atos religiosos, uma turma de seis estudantes retira o esquife do catafalco e o deposita sobre o coche fúnebre, conduzido por três parelhas de cavalos castanhos escuros, estacionado à frente do templo.

O coche fúnebre abre o cortejo. Em seguida, vêm o estandarte da Faculdade de Medicina e o andor com a coroa desta faculdade; a coroa da família; o estandarte da Faculdade de Direito; o estandarte da Escola Politécnica, com uma coroa em forma de locomotiva, tendo nas laterais da casa do maquinista as datas de nascimento e morte de Nina Rodrigues; encerra-o a banda da polícia militar.

Muitas pessoas se aglomeram ao longo das ruas por onde passa o cortejo fúnebre. A chegada ao Campo Santo acontece às 11 horas. Retirado do coche, o féretro é conduzido à capela do cemitério, por professores e alunos da Faculdade de Medicina, e pelo irmão do falecido, Temístocles Nina Rodrigues.

O corpo é encomendado, transferido até a borda da sepultura – aberta à direita da capela, num sítio alto, de onde se avista parte do bairro da Barra – e depositado num estrado de madeira forrado de preto, com franjas prateadas, a poucos metros da tribuna sobre a qual o estudante de Direito Aydano Sampaio pronuncia um discurso. A seguir, fala o professor catedrático da Faculdade de Medicina, Guilherme Rabello.

Guilherme Rabello inicia seu discurso aludindo ao Hamlet, de Shakespeare. Diz que diante do “túmulo aberto”, os eternos problemas do ser ou não ser, que tanto perturbaram o “merencório príncipe da Dinamarca”, perdem o sentido. Toda discussão intelectual, toda contenda entre sistemas e escolas, e mesmo o mergulho do pensador no “oceano profundo e insondável que é o mundo da inteligência”, nada significam. A vida, segundo ele, só teria sentido na “intransigência destemida e austera ao serviço de um ideal”; não pudesse alguma vez o coração do homem abrir-se para o amor e a justiça, a alma sofreria da “amaríssima súplica de Leconte de Lisle”.<sup>12</sup>

Afirma que o corpo de Nina Rodrigues foi recebido na Bahia com o mesmo recolhimento e orgulho com que os restos mortais do “heróico prisioneiro de Santa Helena” (Napoleão) fora na França, em 1840. E que diante do corpo inânime do “preclaro colega”, discípulos, colegas, e todos que amam sua obra, terão nela o “nobre estímulo”, para, em nome da ciência, da Faculdade de Medicina e de sua memória, repetirem com os lábios unguídos, como eco da própria voz de Nina Rodrigues, o “moto supremo” de Goethe moribundo: “Mehr Licht!”.

Em 26 de maio de 1908, na presença do governador da Bahia, Dr. José Marcelino Souza, a morgue da Faculdade de Medicina é inaugurada e recebe o nome de Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues, em sua homenagem. Nina idealizara e projetara o Instituto, ao qual pretendia incorporar a tecnologia mais avançada de sua época. Como vimos, em seus últimos dias em Paris, doente e debilitado, o professor percorria ruas da cidade visitando possíveis fornecedores e realizava anotações sobre o funcionamento da morgue.

Embora tenha sido um cientista reconhecido nacional e internacionalmente, trabalhando em tempo integral durante toda sua vida adulta, Nina Rodrigues deixou poucos bens e a viúva em situação financeira difícil. A análise de seu testamento revela um sobrado na ladeira de São Bento, onde morava com a família, alguns móveis, entre os quais um piano alemão, e uma biblioteca com cerca de mil volumes, principalmente Medicina e Literatura, adquirida pela Faculdade de Medicina por cinco contos de réis. O sobrado media 6,45m de frente; no primeiro pavimento possuía duas salas, uma de visita, uma de jantar, e dois quartos; no térreo, mais duas salas e dois quartos, cozinha e banheiro. Contava também com pequeno jardim gradeado de ferro e um sótão.

<sup>12</sup> *Diário de Notícias*, 12.08.1906.

## O trabalho da viúva

Após a morte do marido, a viúva Nina Rodrigues, chamada em família de Dona Maricas, transferiu-se para o Rio de Janeiro, e iniciou uma dupla luta: pela sobrevivência, já que tinha como única fonte de renda uma exígua pensão mensal de oitenta mil réis, e pela preservação e divulgação da obra de Nina Rodrigues.<sup>13</sup> Durante anos a viúva residiu nesta cidade, na companhia de sua dileta sobrinha, Julieta Britto, no hotel Majestic, Praia de Botafogo, 390. O terreno hoje é ocupado por uma loja da Sears.

Segundo informações de parentes que a conheceram, Dona Maricas era um senhora morena, franzina, de expressão resoluta e grande dignidade. Ao que parece, após a morte do marido e da filha Alice, ocorrida pouco depois, o objetivo maior da vida de Dona Maricas foi manter viva a memória de Nina Rodrigues. Nisso empregou todos seus esforços, gastou todos seus recursos.

Várias pessoas no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia, na maioria influentes médicos, juristas e políticos, amigos e admiradores de Nina Rodrigues, ajudaram a viúva a preservar e divulgar a obra do marido.

Afrânio Peixoto, médico, membro da Academia Brasileira de Letras, que se correspondia com Dona Maricas através de cartões com a divisa da Academia – *Ad immortalitatem* –, foi um dos que mais se empenharam. Num cartão de 8 de dezembro de 1929, por exemplo, ele diz, provavelmente em resposta a um pedido da viúva: “Cumprido o prometido. Falei ao Dr. Vallaborim. Falei ao Dr. Domingos Barbosa. Ambos me prometeram agir. Falei também ao Dr. Pires [...], que vai ver o Governador do Maranhão, e me prometeu, se falhar, o Governo Federal, fazer alguma coisa ...”<sup>14</sup>

O poeta Carlos Drummond de Andrade, à época diretor do gabinete do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, também foi contactado para interceder junto a parlamentares, em favor da viúva Nina Rodrigues. Entre os papéis de Dona Maricas encontra-se um cartão do poeta e uma carta de próprio punho, com o cabeçalho do Ministério de Educação e Saúde / Gabinete do Ministro, datada de 8 de maio de 1940, na qual Drummond se dirige ao Dr. Rosso (provavelmente um parlamentar com poder de decisão na área da compra de direitos autorais), solicitando um favor para a viúva,

<sup>13</sup> Segundo informações de minha avó, em 1930, ela gastava cerca de 25 mil réis num feira semanal para três pessoas.

<sup>14</sup> Correspondência da viúva Nina Rodrigues, carta de Afrânio Peixoto.

“pessoa altamente merecedora de apreço e consideração”, nas palavras do poeta.<sup>15</sup>

O principal objetivo de Dona Maricas e seus amigos, nesse período, era obter do Governo Federal a compra dos direitos autorais da obra de Nina Rodrigues, o que asseguraria sua publicação e ao mesmo tempo uma vida mais confortável à viúva.

Num telegrama sem data ao Senador Lauro Sodré, Dona Maricas diz o seguinte: “Solicito intervenção V.Ex<sup>a</sup> junto Dep. Prado Lopes andamento projeto autoriza aquisição direitos autorais obra meu marido”.<sup>16</sup>

Numa carta datilografada, com várias versões, resultantes de seguidas correções, sem data, mas certamente posterior a 1930, Dona Maricas dirige-se ao presidente do Brasil, Getúlio Vargas, apresentando-se como a “viúva Nina Rodrigues” – como ela orgulhosamente assinava sua correspondência –, que “reduzida pelo escassíssimo montepio da ocasião em que ele morreu, a mais triste e dolorosa pobreza”, pede a aquisição pelo Governo Federal dos direitos autorais da obra do marido, que projeto de lei do governo anterior orçara em sessenta contos de réis.<sup>17</sup>

A justificativa do projeto fora a seguinte:

*Raymundo Nina Rodrigues, sábio maranhense, professor da Faculdade da Bahia, ilustrou as letras e as ciências nacionais com um acervo precioso de escritos dispersos, que urge reunir e resguardar para que não se percam, recompensando modicamente sua viúva, detentora dos respectivos direitos de publicidade. Não será preciso dizer mais do que ler a copiosa bibliografia que se segue, daquele que tinha crédito em todos os institutos e periódicos científicos do estrangeiro, e a quem Cesare Lombroso, em dedicatória impressa de um livro chamou de “Apóstolo da Antropologia Criminal no Novo Mundo”.<sup>18</sup>*

E relaciona a bibliografia de Nina Rodrigues, com cinquenta títulos.

Em 27 de junho de 1930, o governo Getúlio Vargas autoriza a aquisição dos direitos autorais da obra de Nina Rodrigues por sessenta contos de réis, a serem pagos à viúva, e a posterior publicação de todo o acervo. Porém entre a autorização e a compra dos direitos autorais da obra de seu marido, se passaram dez anos.

Em janeiro de 1940, o projeto ainda não havia sido transformado em lei. Um dos amigos de Dona Maricas, Pacheco de Oliveira, do

<sup>15</sup> Correspondência da viúva Nina Rodrigues, carta de Carlos Drummond de Andrade.

<sup>16</sup> Idem, telegrama a Lauro Sodré.

<sup>17</sup> Idem, carta a Getúlio Vargas.

<sup>18</sup> Projeto de lei nº 76/1930, do Governo Federal.

Supremo Tribunal Militar, escreve em 16 daquele mês para o colega Andrade Queiroz, solicitando a intercessão dele junto ao governo Getúlio Vargas, a fim de obter a transformação do projeto em lei. Como argumento, diz que a viúva “sofre ainda as conseqüências da comum imprevidência dos homens de espírito, quanto a sua situação econômica”.<sup>19</sup>

A aquisição dos direitos autorais da obra de Nina Rodrigues pelo Governo Federal só se efetivaria em março de 1940, exatamente um ano antes de sua morte. Através do Ministério de Educação e Saúde foram adquiridos os direitos autorais de “57 trabalhos impressos”, consideradas “obras completas de Nina Rodrigues”, por sessenta contos de réis.

O ato foi informado pelo parecer de uma comissão – que basicamente ratificava o projeto de lei – designada pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e composta pelo diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia, o diretor da Faculdade Nacional de Direito, Pedro Calmon, e o diretor da Casa Rui Barbosa, Américo Lacombe.<sup>20</sup> Após receber o crédito aberto pelo governo brasileiro para pagamento dos direitos autorais do marido, Dona Maricas telegrafou a Getúlio Vargas para expressar seu agradecimento pelo que chamou de “gesto de elevada justiça, aliás, peculiar à alma de V. Excelência”.<sup>21</sup>

Dona Maricas certamente procurou se informar sobre procedimentos do Governo Federal que pudessem beneficiá-la, como viúva de um cientista ilustre. Entre seus papéis encontram-se recortes de jornais que sugerem esta atitude. Por exemplo: um recorte do jornal *A Vanguarda*, de 11 de fevereiro de 1939, informa que o Presidente da República, “num gesto louvável”, franqueou o ingresso à carreira diplomática a dois netos do Barão do Rio Branco; outro, do jornal *A Noite*, de 28 de janeiro de 1939, noticia a publicação, pelo Governo Federal, das obras completas de Ruy Barbosa.<sup>22</sup> Ela esteve também no Palácio do Catete e falou pessoalmente com Getúlio Vargas, que lhe teria respondido: “Tenho simpatia por sua causa: vou trabalhar com interesse”.<sup>23</sup>

A viúva e sua sobrinha, Julieta Britto, se empenharam em divulgar a obra de Nina Rodrigues, enviando exemplares de seus livros a diversas personalidades públicas, colegas e amigos da família.

<sup>19</sup> Correspondência da viúva Nina Rodrigues, carta de Pacheco de Oliveira.

<sup>20</sup> Parecer da Comissão, elaborado em 05.03.1940.

<sup>21</sup> Correspondência da viúva Nina Rodrigues, telegrama a Getúlio Vargas.

<sup>22</sup> Jornais citados, nas datas citadas.

<sup>23</sup> Correspondência da viúva Nina Rodrigues, nota solta.

Dentre as pessoas que receberam os livros de Nina Rodrigues, sempre com dedicatórias específicas – Julieta Britto falava por si própria e em nome da tia –, estão: Sylvio Britto Soares, oficial de gabinete do Ministro da Fazenda; Artur Ramos, médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia; Alfredo Britto, sobrinho de Nina Rodrigues; Estácio de Lima, médico, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e pesquisador em Medicina Legal e Antropologia; Temístocles Nina Rodrigues, irmão do cientista.

Entre os papéis de Dona Maricas encontra-se uma relação de pessoas, com os respectivos endereços, a quem ela recorreu para promover a obra do marido: Pedro Calmon, diretor da Faculdade Nacional de Direito; Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional; Américo Lacombe, diretor da Casa Rui Barbosa; Dr. Queiroz, secretário do Presidente da República; Dr. Villela, chefe de gabinete do Ministro da Fazenda; Luiz Vergara, chefe de gabinete de Getúlio Vargas; Senador Lauro Sodré.

Quando Nina Rodrigues morreu, *Os africanos no Brasil* encontrava-se no prelo, na Bahia, em edição custeada pelo autor. A morte interrompeu o processo de impressão, o livro ficou quase todo em folha, e foi se desintegrando com o tempo. O sucessor de Nina Rodrigues na cátedra de Medicina Legal, Oscar Freire, iniciou o resgate da obra, mas veio a falecer durante o trabalho. O advogado, professor de Direito e deputado federal, Homero Pires, retomou a recuperação, e através de exemplares incompletos e manuscritos do autor, conseguiu sua total reconstituição.

Homero Pires remeteu 305 páginas para publicação: até o número 280 impressas, de 281 a 289 datilografadas, e o capítulo final manuscrito pelo próprio autor. Entre as páginas 152 e 153 constava um glossário de termos técnicos: em parte já impresso, com as provas revisadas por Nina Rodrigues; em parte no manuscrito original do autor. Acompanhando os originais seguiam doze figuras: sete fotografias, cinco em provas de clichê.

Na carta de 28 de novembro de 1932, escrita por Homero Pires para apresentar os originais enviados à Companhia Editora Nacional, ele pede “máximo cuidado” para todo o conjunto, esclarecendo que os manuscritos originais e as fotografias lhe deveriam ser devolvidas, e que a revisão das provas seria feita por ele, que também escreveria um prefácio explicando as circunstâncias que permitiram a reconstituição da obra. O remetente enfatiza que o livro “vai, assim, completo”<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Correspondência da viúva Nina Rodrigues; carta de Homero Pires.

Outro ilustre amigo de Dona Maricas, Fernando de Azevedo, historiador e educador, encarregou-se do transporte dos originais até a Companhia Editora Nacional, em São Paulo. Ele também remeteu as vias do contrato que a viúva firmou com a editora, de São Paulo para o Rio de Janeiro, para que Dona Maricas assinasse.

O contrato para publicação de *Os africanos no Brasil* fora assinado em 26 de novembro de 1932. A tiragem inicial seria de 3.000 exemplares. Dona Maricas recebeu na assinatura do contrato dois contos e quatrocentos mil réis, trinta exemplares de cortesia, e o direito de revisar as últimas provas, ela ou pessoa de sua escolha.

Em março de 1934, Dona Maricas tenta inscrever *Os africanos no Brasil* no concurso Prêmio de Erudição, promovido pela Academia Brasileira de Letras. Porém a inscrição é recusada por não atender às condições do edital: a obra deveria ser escrita em ortografia oficial e editada no ano imediatamente anterior ao concurso (o livro não fora escrito segundo as determinações da recente reforma ortográfica promovida pela Academia Brasileira de Letras e fora editado em 1932).

Preocupada com o destino do legado científico do marido, Dona Maricas escreve em 6 de abril de 1933 a seu sobrinho, Alfredo Britto, o Alfredinho, também médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, pedindo que ele “arrecade tudo que se encontre na Faculdade de Medicina, Instituto Nina Rodrigues [...] entendendo-se com o atual professor de Medicina Legal, Dr. Estácio de Lima”. Na carta, Dona Maricas revela que todo o material mantido por Nina Rodrigues em seu laboratório na Faculdade, “livros, originais, notas, apontamentos, objetos africanos, fotografias de coisas africanas”, e também o “farto material da mesma natureza”, guardado em casa, fora por ela entregue a Oscar Freire.<sup>25</sup>

Quando Oscar Freire morreu, todo este material teria sido, “por descuido”, segundo Dona Maricas, entregue à FMB, e encaminhado ao Instituto Nina Rodrigues. É este material que ela, frisando sua “qualidade de viúva e exclusiva herdeira”, pede e ao mesmo tempo autoriza a recolher. “Assim como, as que por acaso se encontrem em mãos de outras pessoas”, diz ela.

A importância desta carta é lançar luz sobre certa obscuridade que envolve o destino dos objetos de pesquisa e anotações do cientista. Todos os pesquisadores que tentaram ter acesso a este material – que, como vimos, existia de fato, e fora sucessivamente entregue a Oscar Freire e Estácio de Lima – fracassaram. Alguns dos objetos

<sup>25</sup> Idem, carta a Alfredo Britto.

de pesquisa de Nina Rodrigues encontram-se atualmente expostos no museu do instituto que tem seu nome, em Salvador. Mas o destino de manuscritos, anotações e correspondência pessoal é desconhecido.

A professora Mariza Corrêa informa que um dos biógrafos de Nina Rodrigues, Dr. Lamartine Lima, revelou-lhe numa entrevista em 1979 possuir uma “caderneta de campo” do cientista, e que pretendia utilizá-la para escrever-lhe uma biografia completa. Porém, passados quinze anos, isso ainda não ocorreu.<sup>26</sup>

A carta de Dona Maricas nos mostra como, pouco depois da morte de Nina Rodrigues, já existia disputa pelos seus objetos de pesquisa e documentos pessoais, o que teria levado a viúva a escrever ao sobrinho reivindicando a posse desse material. Não sabemos se ela conseguiu seu objetivo. O fato é que até agora não se conhece o destino desse material. Talvez possa ter se perdido; talvez possa estar “guardado zelosamente demais por amigos e parentes”, como disse Mariza Corrêa.<sup>27</sup> E creio que isso seja o maior obstáculo à escrita de uma biografia de Nina Rodrigues.

Doente, Dona Maricas passou seus últimos dias no asilo dos expostos da Santa Casa, aos cuidados da Irmã Gabriela, na rua Marquês de Abrantes, Rio de Janeiro. Morreu em 9 de março de 1941, aos cinquenta e nove anos, nesta cidade, sendo enterrada no cemitério São João Batista.

Vimos neste artigo que Nina Rodrigues seguiu doente para a Europa e morreu em Paris, em 1906; e como seu corpo foi recebido com grande honra na Bahia para as exéquias e o funeral. E também a acirrada batalha travada por esta admirável mulher, Maria Amélia Couto Nina Rodrigues, para divulgar, promover e preservar a obra de seu marido.

Porém, este é apenas o epílogo da vida de Nina Rodrigues. E apresenta lacunas: não foi possível, por exemplo, ter acesso à sua certidão de óbito, que se encontra em Paris, o que certamente esclareceria definitivamente a causa de sua morte. Meu objetivo é contar a história completa desde o início.

<sup>26</sup> Mariza Corrêa, *op. cit.*, apêndices, p. 1.

<sup>27</sup> *Idem*, *ibid.*

## FONTES

Essencialmente, as fontes deste artigo são os papéis da viúva Nina Rodrigues, sobretudo sua correspondência ativa e passiva, a mim gentilmente cedidos pelo Dr. Alfredo Britto, cujo avô, Alfredo Tomé de Britto, era concunhado de Nina Rodrigues, e os jornais da época, citados a seguir.

- *A Bahia*
- *A Noite*
- *A Tarde*
- *A Vanguarda*
- *Correo da Europa*
- *Correo da Manhã*
- *Correo Paulistano*
- *Diário da Bahia*
- *Diário de Notícias*
- *Gazeta do Povo*
- *Jornal do Brasil*
- *Jornal do Commercio*
- *Jornal de Notícias*
- *O Estado de S. Paulo*

## BIBLIOGRAFIA

- BACELAR, Jeferson Afonso. “Nina Rodrigues: um intelectual do mundo – sociologia de um intelectual baiano”, Salvador, UFBA, 1972 (mimeo).
- CORREA, Mariza. “As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil”, São Paulo, USP, tese de doutoramento, 1983.
- FRÓES, João A.G. “Professor Dr. Nina Rodrigues”, *Gaz. Méd. Bahia*, v. 38, agosto 1906, Salvador.
- HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no “fin de siècle”*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- LIMA, Lamartine de Andrade. “Roteiro de Nina Rodrigues”, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA, 1980.
- . “Em busca de Nina Rodrigues”, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA, 1979.
- LINS E SILVA, Augusto. *Atualidade de Nina Rodrigues*. Rio de Janeiro, Leitura, 1945.
- RIBEIRO, Marcos A.P. “A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas – 1854/1924”, Salvador, UFBA, tese de mestrado, 1993.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. “Memória histórica de 1896”, *Gaz. Méd. Bahia*, v. 73, outubro 1976, Salvador. Introdução de Estácio de Lima.
- . *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Salvador, Progresso, 1957. Prefácio de Estácio de Lima.
- SCHWARCZ, Lilia M.O. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.